

TERRA PARA NEGÓCIO OU MORADA DE VIDA? SOBRE(VIVER) NA FRONTEIRA DO AGROHIDRONEGÓCIO EM MUCUGÊ – CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA

Débora Paula de Andrade Oliveira¹
Sônia de Souza Mendonça Menezes²

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as contradições intrínsecas à dominação do agrohidronegócio por meio das lavouras da batata inglesa em Mucugê, município situado na Chapada Diamantina, Bahia, região nordeste do Brasil. A metodologia está pautada na discussão dos referenciais teóricos concernentes à questão agrária, ao agrohidronegócio, ao uso dos agrotóxicos e à agrobiodiversidade no campo brasileiro. Buscou-se sistematizar dados dos censos agropecuários, relativos à produção agrícola e ao uso dos agrotóxicos, além da elaboração de mapeamentos e pesquisas de campo *in loco*, que envolveram observações, vivências e realização de entrevistas com os agricultores familiares camponeses. Na leitura da realidade em questão, constatou-se que o agrohidronegócio local, pautado no monocultivo da batata inglesa transformou os territórios de Mucugê, impondo lógicas capitalistas de trabalho na terra.

Palavras-chave: Agronegócio; Agrotóxico; Agrobiodiversidade.

LAND FOR BUSINESS OR LIFE? LIVING ON THE FRONTIER OF AGROHYDROBUSINESS IN MUCUGÊ – CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA

Abstract

The article aims to analyze the contradictions intrinsic to the domination of agrihydrobusiness through potato crops in Mucugê, a municipality located in Chapada Diamantina, Bahia, northeast region of the state of Bahia, Brazil. The methodology is based on the discussion of theoretical references concerning the agrarian question, agrihydrobusiness, the use of pesticides and agrobiodiversity in the Brazilian countryside. We sought to systematize data from agricultural censuses, relating to agricultural production and the use of pesticides, in addition to mapping and field research *in loco*, which involved observations, experiences and interviews with peasant family farmers. In reading the reality in question, it was found that the local agrihydrobusiness, based on the monoculture of English potato, transformed the territories of Mucugê, imposing capitalist logics of work on the land.

Keywords: Agribusiness; Pesticide; Agrobiodiversity.

¹ Professora Assistente no Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: dpoliveira@uesc.br.

² Professora Associada II do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS). Email: soniamendoncamenezes@gmail.com.

¿TIERRA PARA NEGOCIOS O VIVIENDA VIDA? SOBRE (VIVIR) EN LA FRONTERA DEL AGRO-HYDRONEGOCIO EN MUCUGÊ – CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar las contradicciones intrínsecas a la dominación del agro-hydronegocio a través del cultivo de papa en Mucugê, municipio ubicado en Chapada Diamantina, Bahia, región nordeste del estado de Bahía, Brasil. La metodología se basa en la discusión de referentes teóricos sobre la cuestión agraria, los agro-hydronegocios, el uso de pesticidas y la agrobiodiversidad en el campo brasileño. Se buscó sistematizar los datos de los censos agropecuarios, relacionados con la producción agropecuaria y el uso de agrotóxicos, además del mapeo y la investigación de campo in loco, que involucró observaciones, experiencias y entrevistas con agricultores familiares campesinos. Al leer la realidad en cuestión, se constató que el agronegocio local, basado en el monocultivo de papa inglesa, transformó los territorios de Mucugê, imponiendo lógicas capitalistas de trabajo sobre la tierra.

Palabras llave: Agronegocios; Agrotóxico; Agrobiodiversidad.

INTRODUÇÃO

A análise da questão agrária na atualidade exige refletir sobre a multiplicidade do território para os diferentes segmentos e sujeitos sociais. Essa compreensão está pautada na leitura das conflitualidades intrínsecas à presença voraz do capitalismo no campo, sob a forma do agronegócio e, antagonicamente, na insistência, persistência e resistência dos agricultores familiares camponeses em permanecer nesses territórios, pois essa é a condição à sua reprodução social, tendo em vista a construção de territórios de r-existência (HESBAERT, 2021).

A dominação do campo brasileiro pelo capital se expressa, também, sob a forma do agrohidronegócio. As reflexões acerca desse conceito foram elaboradas inicialmente por Mendonça e Mesquita (2007), que o cunharam para analisar a inserção massiva do capital nos cerrados goianos sob o espectro da modernização da agricultura. Posteriormente, o conceito foi revisitado e ressignificado por Thomaz Junior (2010), que enfatizou a ação do Estado no favorecimento das infraestruturas e da exploração dos recursos naturais à acumulação capitalista nos espaços agrários brasileiros. A despeito do uso desses recursos, o agronegócio, outrossim, dispõe de recursos hídricos para a sua manutenção, com o uso de infraestruturas empreendidas com bens públicos.

Em face desse contexto, a proposta do artigo é analisar as contradições intrínsecas à dominação do agrohidronegócio por meio das lavouras da batata inglesa em Mucugê, município situado na Chapada Diamantina, Bahia, região nordeste do Brasil. Desse modo, buscou-se compreender a realidade segundo o olhar de quem vivencia as mazelas sociais e os desequilíbrios ambientais produzidos pelas investidas do sistema capitalista no campo.

O município de Mucugê é marcado por uma complexa estrutura fundiária onde se mesclam territórios dominados pelo agrohidronegócio, marcados pelos latifúndios formados por empreendimentos capitalistas, os territórios instituídos como unidades de conservação pelo Estado – a saber: o Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Parque Municipal Sempre Viva –, além dos territórios plurais da agricultura familiar camponesa³, formado por comunidades tradicionais e quilombolas. Tais aspectos se materializam de modo diverso no campo em Mucugê, e compreender as múltiplas nuances dessas realidades é um desafio apresentado ao olhar geográfico.

Assim, além desses preâmbulos introdutórios, o artigo em tela apresenta alguns aspectos metodológicos, seguido de ponderações empírico-teóricas sobre o universo de estudos e as considerações finais, com as impressões sobre os percursos e percalços da pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste estudo repousa numa perspectiva qualitativa de análise da realidade, cujo enfoque aborda aspectos objetiváveis e (i)materiais das questões em pauta. A pesquisa ampara-se numa leitura da realidade sob o espectro das tessituras teóricas desenvolvidas por Oliveira (2001, 2003) e Fernandes (2014) na análise da realidade agrária no capitalismo no Brasil. As reflexões sobre o agrohidronegócio e suas repercussões na vida dos sujeitos sociais do campo são fundamentadas em Mendonça e Mesquita (2007) e Thomaz Junior (2010; 2017) e Germani (2003).

As discussões sobre os impactos dos agrotóxicos estão alicerçadas nos referenciais apresentados por Bombardi (2011, 2019), Pignati *et al.* (2017) e Rigoto e Augusto (2007). Tais autores, com diferentes enfoques e perspectivas científicas, contribuem para a compreensão dos

³ De acordo com Fernandes (2014) esse termo se refere a lógica do trabalho do campo no contexto da família, comunidade, organização associativa ou cooperativa. O autor complementa que “[...] O que se deve evitar é separá-los por meio de falsas definições, como incompleto, atrasado, superado, antigo etc. O campesinato vive seu tempo e viveu todos os tempos: nas sociedades escravistas, feudais, capitalistas e socialistas. É um sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo (, p.20, tradução nossa).

espectros plurais que permeiam a realidade no campo, além de questões pertinentes à produção de alimentos.

No que tange aos procedimentos metodológicos, pautou-se no levantamento de dados secundários em órgãos oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) para sistematização das informações em mapas, tabelas e quadros, além da pesquisa na imprensa local/nacional e nas fontes historiográficas.

Foi realizada também a pesquisa de campo, com observações *in loco* e realização de entrevistas com os sujeitos protagonistas da pesquisa, os agricultores familiares camponeses de Mucugê. A análise desses dados tem sido permanentemente confrontada com a realidade observada nas pesquisas de campo, realizadas em paralelo.

Por meio do entrecruzamento das diversas fontes de pesquisa utilizadas, buscou-se analisar as contradições inerentes ao agrohidronegócio local, bem como suas principais mazelas e repercussões na realidade de quem vivencia esses territórios. O tópico apresentado em sequência aborda algumas das reflexões construídas no desenvolvimento da pesquisa.

A agricultura familiar camponesa na fronteira do agrohidronegócio em Mucugê, Bahia

O agrohidronegócio se territorializa nos espaços rurais do município de Mucugê, pautado na articulação de interesses das elites locais com o discurso desenvolvimentista do Estado, que, posteriormente, alia-se também aos grupos empresariais externos. Esse processo é incrementado pela construção da Barragem do Apertado na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, obra de infraestrutura pública iniciada em 1996 e concluída em 1998 empreendida com recursos do Estado da Bahia.

Na análise ontológica do Estado, concebido e estruturado sob a égide do capitalismo, não provoca surpresa sua evidente omissão e descomprometimento com a sociedade, visto que, essencialmente classista, é, um produto da necessidade histórica de conter o antagonismo latente entre as classes, a fim de garantir a manutenção da ordem, amenizar tensionamentos e evitar a convulsão/revolução social (ENGELS, sd).

Todavia, na (i) racionalidade imposta pela política neoliberal, o Estado torna notória suas contradições mais perversas, que, sob a construção ideológica pautada pelo livre mercado instituída pela política econômica calcada no Estado Mínimo, desobriga-se de suprir as necessidades básicas da sociedade, a exemplo da saúde, moradia, educação e trabalho

(FONTES, 2010; SANTOS, 2015). É quando o Neoliberalismo mostra sua face mais vil, e a miséria, intencionalmente produzida e retroalimentada pelo sistema capitalista, torna-se cotidianamente presente na vida dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Entretanto, na extremidade oposta desse sistema, as elites maximizam a acumulação do capital, às custas da destruição material e simbólica da classe trabalhadora.

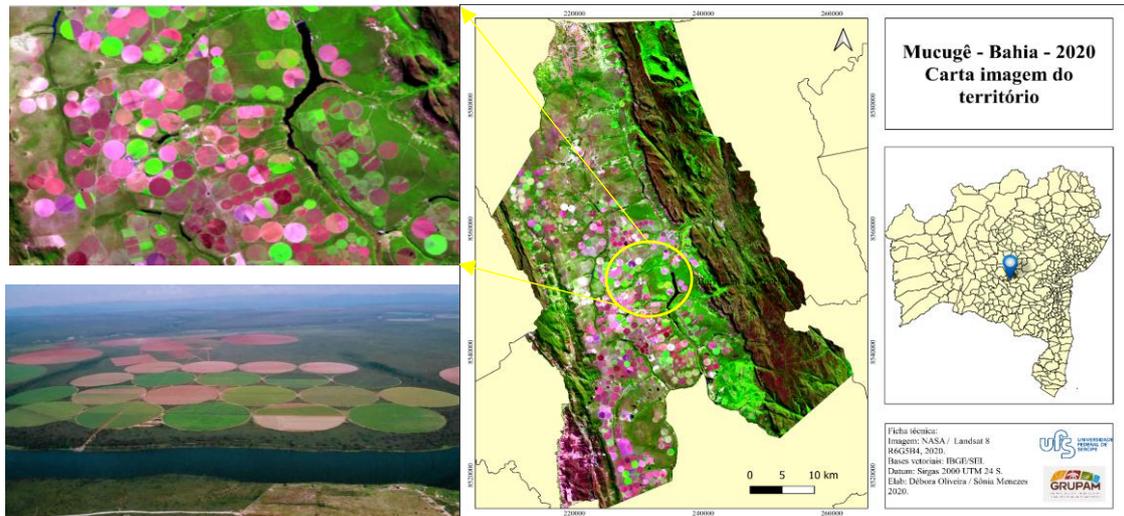
Os empreendimentos do Agrohidronegócio podem, em certa medida, aludir a ideia de desenvolvimento e progresso, contudo, concorda-se com Brandão, quando pondera: “[...] Sendo o progresso o sinal de presença de um estilo forâneo e urbano de vida, ele não transforma de uma maneira favorável a vida nos sítios, e ameaça trazer ‘de fora’ agentes de mudanças” (1999, p. 22). Tais processos provocam transformações radicais nas realidades dos agricultores familiares camponeses nas comunidades rurais de Mucugê, afetados diretamente pelas alterações na dinâmica do trabalho, do ambiente e nas configurações territoriais locais, com o cercamento e monitoramento das terras e águas, o fluxo controlado de pessoas e os efeitos nocivos dos agrotóxicos no ambiente e na sociedade como um todo.

O agrohidronegócio configura-se como um meio à reprodução ampliada do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017), haja vista que subordina o campo e os sujeitos sociais às suas práticas de acumulação, que, em grande medida, encontram respaldo e incentivo nas ações do Estado.

A inauguração da Barragem do Apertado (Mapa 1) acentuou o processo de dominação do território pelo agronegócio. Essa barragem é operada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Nos discursos que pautaram a construção dessa infraestrutura pública, imperava a ideia de que o reservatório atenderia às necessidades de abastecimento da população local e à produção agrícola familiar nos territórios rurais do município. Todavia, o que ficou constatado, a despeito da produção de alimentos pelas comunidades rurais, evidenciou a expansão do agrohidronegócio em escalas, interesses e relações de poder diversos, assim como é responsável pelo estágio de degradação socioambiental dos sistemas naturais.

O agrohidronegócio impõem-se radicalmente relações verticalizadas de alteridade, em que se exige que o sujeito social, nativo do território, acostume-se, e em certa medida, submeta-se a essa configuração territorial distinta daquela que conhecia e pertencia. Isso acontece em prol de um crescimento econômico excludente, concentrador de terra e riqueza e gerador de desigualdade e injustiças sociais, tal como se dá no modelo capitalista de exploração do território de Mucugê.

Mapa 1. Localização, imagem de satélite e imagem aérea da Barragem do Apertado, Mucugê, 2020.



Fonte: elaboração dos autores (2020)

[...] uma das funções principais do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe assim a esse Estado, realizar os grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado.

Os recursos hídricos da Barragem do Apertado, que é uma infraestrutura pública, são predominantemente direcionados aos grupos empresariais oriundos de diferentes escalas que, desde então, usufruem dessas águas. Todavia, nos últimos anos, esse recurso tem apresentado sinais de escassez.

Enquanto, a comunidade de Carafbas, deslocada, padece com a escassez de água para os pequenos cultivos, o reservatório construído em suas terras de origem garante a pujança hídrica para os pivôs centrais do agrohidronegócio, que desde a década de 1990 domina os territórios que margeiam o espelho d'água.

O agrohidronegócio atende à lógica da acumulação capitalista, em que o significado da terra e, por extensão, do território, encerra-se nos parâmetros da mercadoria e da produtividade. Para Oliveira, “[...] a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do capitalismo mundializado” (2003, p.120).

Em contraste com essa lógica de acumulação do capital, os saberes e fazeres que permeiam a agricultura familiar camponesa estão alinhados ao modo como esses sujeitos sociais desenvolvem suas trajetórias de vida. Tal como assegura Carvalho (2014), a prática da agrobiodiversidade repousa no equilíbrio ambiental e na diversidade com que

a vida se manifesta na natureza. Desse modo, enfatiza-se que as práticas de trabalho dos agricultores familiares camponeses estão essencialmente entrelaçadas aos ambientes que habitam, e, assim, constituem territórios e territorialidades plenos de cultura e identidade, em imbricação com a natureza.

A barragem também ocupou áreas relativamente planas do território, o que extinguiu formas tradicionais de cultivos de arroz nas margens férteis desse trecho do Rio Paraguaçu, e repercutiu na redução desse cultivo tradicional da agricultura familiar camponesa de Mucugê. Outros alimentos tradicionais cultivados nas lavouras locais também registram uma redução na quantidade produzida, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1. Mucugê: Produção de alimentos, 2006 e 2017.

| Cultivo | 1995-1996 | 2006 | 2017 |
|----------------|-----------|--------|-------|
| Arroz | 141 t | 574 t | 60 t |
| Mandioca | 369 t | 435 t | 98 t |
| Feijão | 824 t | 1611 t | 19 t |
| Milho | 909 t | 1231 t | 201 t |
| Cana-de-açúcar | 6615 | 1243 t | 177 t |

Fonte: IBGE: Censos agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017.

Os dados demonstram a redução dos cultivos produzidos pela agricultura familiar camponesa na comparação entre os dados dos Censos Agropecuários realizados nos anos de 1995-1996, 2006 e 2017. Observa-se como a lavoura camponesa é negativamente impactada pela expansão do agrohídronegócio, visto que o cultivo do arroz, da mandioca, do milho, da cana-de-açúcar e do feijão, somado a outros alimentos tradicionais, sempre esteve enraizado na identidade e na cultura das comunidades rurais do município. A produção dessas culturas foi reduzida, sobretudo quando comparado o recorte temporal entre os dois últimos censos (2006 e 2017).

Com a proximidade e a facilidade de acesso aos recursos hídricos, os agricultores familiares camponeses tinham liberdade para produzir os alimentos nos cultivos, além das pequenas criações de aves, suínos e caprinos. Tal realidade foi alterada em razão da expansão das lavouras do agrohídronegócio, onde predomina o monocultivo da batata inglesa.

Semelhante a essa realidade, Menezes, Silva e Silva (2019) discutem a redução da produção de alimentos diversos em detrimento da expansão do agronegócio. Os autores abordam essa realidade no Estado de Sergipe, com o crescimento das áreas de

cultivos do milho transgênico, aliado ao aparato do pacote tecnológico com uso intensivo de insumos, elevada carga de agrotóxicos, mecanização, redução e precarização dos postos de trabalho e degradação ambiental.

De acordo com Thomaz Junior (2017), a degradação sistêmica do trabalho configura-se em um dos eixos fundantes desse segmento de produção. Esse aparato tecnológico tem como objetivo dominar a dinâmica e os ciclos da natureza nas atividades praticadas no setor agropecuário. Tal processo é incrementado pela modernização da agricultura, que contraditoriamente, apresenta pilares demasiadamente conservadores, visto que “[...] expressa o movimento do capital na busca incessante pela produção do valor e mantêm a estrutura fundiária concentrada e cada vez mais excludente” (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p.4). O domínio do agronegócio no território está relacionado às distintas características geoambientais de cada lugar. No caso de Mucugê, por exemplo, as áreas propícias a esse segmento situam-se na porção central do município.

O tradicional plantar e colher regido pela lógica simbólica do trabalho na terra (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), articulado aos tempos, fluxos e ciclos da natureza, tem sido completamente deslegitimado em prol da tecnificação exacerbada, que visa maximizar a produção para alargar as margens de rentabilidade da cadeia produtiva do agronegócio.

Desse modo, para desconstruir o falacioso discurso do crescimento da produção agrícola no país, é *mister* reconhecer que o processo de modernização do campo tem provocado o acirramento da desigualdade e da injustiça no território. Esse processo é influenciado por fatores como a especialização da produção, exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a concentração fundiária, dependência de insumos industriais, precarização das relações de trabalho, degradação humana, maximização dos impactos ambientais, sobremaneira, nas fontes hídricas superficiais e subterrâneas, com reverberações na vegetação, no solo e no clima em escalas macro e micro.

Além de todas essas problemáticas, verifica-se que o uso intensivo de agrotóxicos é um aspecto do modelo insustentável e destrutivo de produção que rege o agronegócio. Nesse contexto, Pignati *et al.* (2017, p. 3281), ao estudarem a distribuição espacial da utilização de agrotóxicos no território brasileiro, asseveram que “[...] O uso de agrotóxicos na agricultura brasileira é um problema de saúde pública, dadas as contaminações no ambiente, em alimentos e as intoxicações na saúde humana”.

Trata-se de um claro exemplo de socialização e partilha das consequências nefastas da utilização dessas substâncias em prol dos interesses econômicos que visam à maximização do lucro por meio do crescimento da produção.

Um aspecto relevante a ser considerado nas discussões sobre a utilização dos agrotóxicos é a extrema subnotificação nos registros de intoxicação ou óbitos decorrentes do contato direto ou indireto com essas substâncias. Verificou-se uma redução nas informações sobre essa temática nos censos agropecuários de 2017, quando comparado com o anterior, visto que em 2006 são disponibilizadas dez tabelas com dados referentes aos agrotóxicos, em 2017, esse número reduz para duas.

Os dados sobre intoxicação ou óbitos por uso dos agrotóxicos no censo agropecuário de 2006 são precários e no censo de 2017, inexistentes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de dados extremamente subnotificados, visto que a estimativa é de que, para cada caso registrado oficialmente, cerca de 50 permanecem omissos. Segundo Schmidt e Godinho (2006, p.28), “[...] os índices registrados são preocupantes como se pode depreender da literatura específica. No entanto, é conhecido o fato da subnotificação dessas ocorrências pelas instituições de saúde”.

Essa dificuldade/ineficiência no registro e/ou na divulgação de casos de intoxicação por agrotóxico está relacionada a diversos fatores que estão além dos territórios delimitados pelas porteiras e cercas dos estabelecimentos rurais no campo. De acordo com o dossiê elaborado por Carneiro *et al.* (2015) e publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), tais fatores envolvem questões sanitárias e técnicas, todavia abrangem também relações de poder, pois

[...] vão desde a falta de acesso aos serviços de saúde pela população do campo, as dificuldades enfrentadas pelos médicos em identificar esse tipo de intoxicação, a falta de preenchimento adequado das fichas, até o medo dos profissionais da saúde de assumir tal notificação, haja vista o poder dos grandes fazendeiros do agronegócio nesses territórios (CARNEIRO *et al.*, 2015, p.128).

O poder do agronegócio nos territórios rurais impõe a lógica produtiva baseada no uso dessas substâncias, extremamente nocivas à saúde humana e também com graves consequências no equilíbrio ambiental dos agroecossistemas naturais e tradicionais. Bombardi (2011) versa sobre a inserção do capital no campo e a sujeição da terra à lógica acumulativa do capital transnacional. Afirma ainda que, além dos danos catastróficos à

saúde dos trabalhadores e consumidores, há também o ônus ambiental e a perda da autonomia dos agricultores familiares camponeses provocada pela utilização dos agrotóxicos.

O uso dos agrotóxicos impacta a sociedade como um todo, não apenas as famílias que trabalham diretamente com a aplicação, ou mesmo não se restringe àqueles que consomem os alimentos produzidos dessa forma. Não raramente, eventos de contaminação de reservatórios hídricos são noticiados na mídia, a exemplo da reportagem produzida pelo Correio da Bahia, em abril de 2019, com o título: “271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos; veja lista: Mucugê, São Félix do Coribe, Camaçari e Itapetinga são as mais críticas; Embasa nega contaminação”.

Trata-se, indubitavelmente, de uma denúncia de grave crime sanitário contra uma significativa parcela da população baiana. A reportagem apresenta os resultados da Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, da Agência Pública e da organização suíça *Public Eye*. Os dados divulgados abrangem os anos 2014 a 2017. Além disso, integram o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) do Ministério da Saúde. A manchete traz em destaque o panorama de Mucugê: “[...] o número elevado de agrotóxicos na água pode ter relação direta com as plantações de batata, morango e tomate na região. [...] A gente vê muita gente com alteração de hormônio, tireoide, muita gente hipertensa e diabética [...]” (CORREIO DA BAHIA, 2019).

Sobre a problemática dos agrotóxicos, Carneiro *et al.* (2015) pontuam ainda que existem vulnerabilidades de ordem social que influenciam no quadro geral de subnotificação dos óbitos e contaminações decorrentes do uso de agrotóxicos, tais como a existência de trabalhadores rurais desprovidos de seguridade social e com índice de escolarização adequada para lidar com substâncias insalubres.

Na análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, observa-se que, em relação aos níveis de escolaridade dos agricultores em geral, cerca de 20% deles não sabem ler e escrever. Dentre os agricultores que admitiram o uso dos agrotóxicos, ressalta-se que 13% não sabem ler nem escrever e 11% nunca frequentaram a escola.

Em linhas gerais, de acordo com o dossiê ABRASCO, a escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro é reduzida e, por vezes, a aplicação dos agrotóxicos é vista como principal ou única medida de controle de organismos indesejáveis nas lavouras; os treinamentos para a utilização de agrotóxicos são ausentes

ou insuficientes, além de desconhecerem situações de risco; e não utilizam equipamentos de proteção adequada para manuseio (SCHMIDT; GODINHO, 2006; CARNEIRO *et al.*, 2015).

A leitura dessas informações, obtidas por intermédio da análise do censo agropecuário 2017, torna possível conjecturar sobre a desigualdade no acesso à assistência técnica nos pequenos estabelecimentos rurais, visto que 85,5% dos estabelecimentos não recebem nenhuma orientação. Dentre as propriedades com área inferior a 50 ha, que correspondem a 90,6% do total do município, 75% não recebem assistência técnica.

Em campo, por meio das conversas com os agricultores familiares camponeses, foi relatado que as orientações são necessárias para melhorar a produção, contudo, não há condições econômicas para que eles contratem individualmente um suporte profissional de um agrônomo. Em situação oposta, sublinha-se que 100% das grandes propriedades, com área superior a 2500 ha dispõem desse recurso. Tais aspectos contraditórios estão relacionados à lógica e à racionalidade da produção sob a óptica do agronegócio.

Esse modelo de produção, pautado na lógica do agronegócio, tem como característica fundante os desequilíbrios, que interferem nos ciclos da natureza e repercutem nas condições de vida da população local. Para Bombardi (2016, p. 29), trata-se da “[...] lógica dessa agricultura moderna, que traz consigo a perda de direitos trabalhistas, a expulsão de camponeses de suas terras, a contaminação ambiental e, ao mesmo tempo, uma grande intoxicação de trabalhadores”. Um agricultor familiar camponês, que demonstrou preocupação com a realidade que tem vivenciado, relatou:

É como eu tava dizendo, é um problema muito grande, tem aquela coisa de gerar emprego, traz renda para a cidade, e tal, e de certa forma, é muito necessário. Mas a quantidade de agrotóxico que eles usam, e também fertilizantes químicos na terra, é muito grande. Tem uma área perto de mim agora que eles abriram 32 pivôs. E cada um é 100 hectares. Lá em casa, na comunidade que a gente mora, nunca teve muriçoca, aí, teve um surto que ninguém entendia. Até por que, esses bichos não ia aparecer assim, da noite para o dia, entendeu? Houve um desequilíbrio, é muito chão. Pensa aí, 32, e cada um de 100 hectares. É muito mesmo, e é perto a gente vê, teve muita queimada para tirar a mata (Informação verbal. Entrevista realizada em janeiro de 2021.)

Esse entrevistado, agricultor familiar camponês, demonstrou estar ciente das problemáticas causadas pela proximidade com o agronegócio. Os riscos são tanto de ordem ambiental, quanto humana, visto que comprometem a saúde de quem trabalha

diretamente na lavoura, quem reside nas proximidades e também quem consome os alimentos.

É lugar comum entre as narrativas dos sujeitos sociais da localidade um tipo de apreço pelas firmas por causa dos postos de empregos que supostamente geram. Todavia, para aqueles agricultores familiares que residem nas proximidades das lavouras com os pivôs centrais instalados, são ainda mais prejudicados devido ao risco eminente de contaminação sanitária com a aplicação dos agrotóxicos, visto que as cercas que separam essas lavouras dos demais espaços rurais não isolam os resíduos da aplicação no ambiente.

Persiste nas entrevistas concedidas pelos sujeitos sociais das comunidades rurais a ideia de progresso e desenvolvimento promovida pelo agrohidronegócio. Quando questionada sobre sua visão acerca das empresas agrocapitalistas que se instalaram no município, uma moradora local afirma:

[...] Essas empresas vêm ajudar aqui na nossa região, porque muitos pais de família saíam para outras regiões à procura de trabalho, né? Então, mesmo que tá durante o dia todo fora, mas a noite eles estão em casa. Então não vejo que há conflito aí não (Informação verbal. Entrevista realizada em junho de 2020).

O discurso da geração de postos de trabalho contribui para que as pessoas internalizem a ideia de progresso associada ao agrohidronegócio e defendam as empresas que dominam o território local. Há ambivalências em torno dessa temática, pois se observa o discurso de que a presença desses empreendimentos no território pode também trazer benefícios para a população local.

Os relatos apresentados por Favareto (2019) se assemelham aos encontrados nesses itinerários de pesquisa. Ao enveredar pelos distintos territórios que formam o MATOPIBA, o autor versa sobre as transformações provocadas pelo agronegócio na realidade das comunidades tradicionais locais. Ao apresentar a visão desses sujeitos sociais, Favareto (2019) pondera que, embora sejam reconhecidos os efeitos deletérios do agronegócio, os efeitos positivos são, sabidamente, limitados e insuficientes. Compreende-se que a realidade edificada nesses territórios fronteiriços é permeada por percepções e discursos ambivalentes. Em Mucugê, um entrevistado, agricultor familiar camponês compartilhou a seguinte reflexão:

Olha, eu penso assim: o positivo é o emprego, a produção alta. O negativo, é a questão da água que tira do produtor pequeno. Tem também o desmatamento

e os poço artesianos. Eles constroem poço na nascente do rio. A gente agradece o emprego. Sabe que tem muito pai de família que depende disso, mas a gente sabe também que tem muita coisa errada. O pobre foi besta, vendeu a terra muito barata. Teve gente que, naquele tempo, vendeu hectare de terra a R\$200 conto (Informação verbal. Entrevista realizada em junho de 2020).

Apesar dessa percepção acerca dos desastres sociais e da degradação ambiental, esse sujeito entrevistado, morador de uma comunidade rural, demonstra certo apreço pelas empresas, por causa dos empregos gerados. Todavia, é pouco difundido que a crescente mecanização das lavouras tem substituído a força de trabalho humana, o que implica na redução drástica dos postos de trabalho. Os dados expostos no Quadro 1 demonstram a quantidade de máquinas nos estabelecimentos rurais do município de Mucugê de acordo com os censos agropecuários realizados nos anos de 2006 e 2017.

Quadro 1. Mucugê⁴: Número de máquinas agrícolas, 2006 – 2017.

| | | | | | | | |
|------|----------|-------------------------------|------------|-------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------|
| 2006 | Arados | Grades e/ou enxadas rotativas | Roçadeiras | Semeadeiras e/ou plantadeiras | Colheitadeiras | Pulverizadores e/ou atomizadores | Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário |
| | 29 | 22 | 19 | 10 | 7 | 16 | 9 |
| 2017 | Tratores | Semeadeiras/plantadeiras | | Colheitadeiras | Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário | | |
| | 44 | 15 | | 14 | 22 | | |

Fonte: IBGE, censos agropecuários de 2006 e 2017.

As distintas metodologias empregadas nos dois últimos censos agropecuários dificultam a comparação entre os dados. No entanto, sublinha-se a maior possibilidade de detalhamento no censo de 2006, haja vista a supressão de diversas informações no censo de 2017. Considera-se que, na realidade *in loco*, o processo de mecanização agrícola se faz presente nos estabelecimentos rurais caracterizados pelo agrohidronegócio. No período elencado entre os censos, houve uma redução no número de máquinas, de 112, em 2006, para 95, em 2017, essa modificação tem relação com a modernização das máquinas com um potencial superior às anteriores. O uso de diferentes tipos de máquinas agrícolas e sistemas de irrigação substitui, em grande medida, a presença do trabalhador rural nas vastas extensões de terra dominadas pelo agrohidronegócio.

A mecanização dos processos de preparo, plantio, manutenção e colheita das lavouras é uma característica predominante no processo de modernização do campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007). As alegadas vantagens desse processo são verificadas no

⁴ No questionário utilizado no Censo Agropecuário realizado em 1995/1996 não havia questões relacionadas ao maquinário nos estabelecimentos rurais.

aumento da produtividade e na redução dos custos com a força de trabalho. Embora seja evidentemente falacioso, ainda é aclamado o mito de que o agronegócio gera numerosos empregos, por isso é necessário. Nas pesquisas realizadas em campo, um agricultor familiar camponês, entrevistado, relatou-nos o seguinte:

[...] eles não vão plantar uma coisa sem agrotóxico porque não é rentável, a produção é menor, se o que eles querem mesmo é ganhar dinheiro. São grandes empresas, não são agricultores como a gente aqui. A gente come o que produz e traz para a feira para vender. Teve um rapaz que eu conheci, que produzia tomate, e eu pedi para levar lá em casa uma caixa de tomate que eu ia levar uns para minha mãe também. **Aí ele me disse, não vou levar não moço, nesse aí eu passei o veneno ontem. Aí você repara, o tomate era para vender! E as mães dos outros, como é que fica?** (Informação verbal. Entrevista realizada em janeiro de 2021, grifo nosso).

Esse olhar diferenciado sobre a presença do agrohíbronegócio local é um aspecto que chama atenção nas palavras desse entrevistado, a questão do trabalho mecanizado é um indicativo que evidencia a falácia da geração de empregos, em contraste com a agricultura familiar camponesa, que utiliza, o trabalho familiar, geralmente, braçal. Na mídia, o crescimento do monocultivo da batata inglesa é proclamado pelo Estado como sinal de orgulho e desenvolvimento, tal como se observa na matéria veiculada pelo *website* Bahia de Valor:

A região da Chapada Diamantina reúne os maiores produtores de batata-inglesa da Bahia, com destaques nacionais para Mucugê e Ibicoara. Com uma safra de 197.400 toneladas, que geraram R\$ 384,9 milhões em 2019, Mucugê é o maior produtor de batata-inglesa da Bahia e o segundo maior do país, atrás de Perdizes/MG (215.500 toneladas). O município também tem o maior valor de produção de batata do Brasil (BAHIA DE VALOR, 2020).

Os prodigiosos números relativos à elevada produtividade desse monocultivo não evidenciam as contradições sociais e os danos socioambientais a eles intrínsecos. Os impactos negativos, decorrentes da degradação ambiental e da exploração do trabalhador não são evidenciados nesses discursos que amparam a lógica produtiva do agronegócio.

Sobre esse aspecto, Oliveira (2007, p.110) sublinha a existência de “[...] muita propaganda enganosa no uso midiático deste conceito [...]. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem”. Ao refletir sobre as implicações da mundialização da agricultura na realidade brasileira, o autor cunha o termo *matemagia*, compreendido com um conjunto de estratégias matemáticas e estatísticas de caráter evidentemente ideológico que visam

superestimar os reais valores econômicos produzidos por esse segmento (OLIVEIRA, 2007).

Ademais, essas pronunciadas riquezas originadas nesse segmento estão longe de se converterem em melhorias nas condições gerais de vida da população local, visto que o caráter concentrador do monocultivo tem como modelo a socialização dos ônus, a despeito do uso exacerbado dos recursos hídricos, o esgotamento do solo e a contaminação de pessoas e degradação de ambientes pelos agrotóxicos utilizados para potencializar a produção e maximizar os lucros.

As fazendas do agrohidronegócio local produtoras da batata inglesa são, predominantemente, caracterizadas pela força de trabalho assalariada ou em regime de diárias, larga utilização dos agrotóxicos e mecanização do processo produtivo, além de predominar o latifúndio e a concentração da terra e, conseqüentemente, das riquezas dela proveniente.

Ainda que o agronegócio, como segmento econômico-produtivo, mantenha o país em condição subalternizada na divisão internacional e territorial do trabalho, é amplamente difundido no imaginário coletivo que o agronegócio é o pilar mais relevante da economia brasileira. Não por acaso, desde 2017, o *slogan* “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, é veiculado em prestigiados horários na principal emissora de televisão aberta nacional. Esse golpe midiático seduz e induz a sociedade a acreditar na falácia desse discurso.

Considerando formação territorial da Chapada Diamantina, percebe-se que as relações de poder que regem/regeram esse território permanecem em conteúdo, ainda que as formas tenham sido alteradas. O poder dos coronéis do passado atualmente se reproduz sob a forma do latifúndio e do agronegócio, que subjuga territórios e pessoas. No entanto, mesmo em face dessas condições estruturantes desfavoráveis, persistem nos espaços rurais grupos familiares e comunitários, que, por meio da agricultura familiar camponesa, constroem suas territorialidades em suas maneiras de vivenciar cotidianamente o território.

Em face disso, reitera-se a pertinência e o caráter fundamental da agricultura familiar camponesa que persiste nas fissuras do agrohidronegócio predominante nesse território. Apesar das contradições ali existentes e das condições extremamente desiguais de acesso à terra e à logística de produção e comercialização desfavorável, se comparadas

ao agronegócio, a agricultura familiar camponesa segue com protagonismo na produção de alimentos de qualidade a preços justos e acessíveis em Mucugê.

Diante desse panorama, parte-se do princípio de que a agroecologia tem se constituído como um caminho alternativo e necessário na produção de alimentos na contemporaneidade. Contrapondo-se ao atual cenário político brasileiro, em que se observa o estímulo do uso de defensivos e agrotóxicos com a anuência do Estado, as iniciativas pertinentes à produção agroecológica de alimentos configuram-se como um movimento contra hegemônico aos ditames mercadológicos que regem a produção de alimentos em larga escala, concebendo-os exclusivamente como mercadorias, tal como rezam as balizas da revolução verde (SHIVA, 2016).

Em Mucugê, a produção agroecológica de frutas vermelhas (Figura 1) tem se desenvolvido nos sítios da agricultura familiar camponesa – e em alguns casos, além da geração de renda por meio da comercialização das frutas, há também a visita aos pomares em alguns sítios. Trata-se da construção de um turismo de experiência agroecológica que tem se mostrado como uma potencialidade viável nas comunidades rurais. Para além da diversificação dos cultivos em pequenas lavouras, também chama atenção dos visitantes o saber fazer agroecológico utilizado para prevenir o ataque de insetos e plantas espontâneas indesejadas e que podem reduzir a produtividade do cultivo.

Figura 1. Frutas vermelhas produzidas no sítio agroecológico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os cultivos de amora (A), pimenta biquinho (B), framboesa (C), mirtilo (D), pitaya (E) e morango (F) são inovações nos sítios da agricultura familiar camponesa em Mucugê. A pitaya, a pimenta biquinho e o morango são mais populares, já a amora, a framboesa e o mirtilo são encontrados em poucos sítios no município. Essas últimas são consideradas exóticas na realidade local, o que atribui a elas uma maior valorização, sobretudo por serem produzidas de forma agroecológica, livre de agrotóxicos. Compreende-se que tais culturas são novas territorialidades na realidade local, tendo em vista que são recentes e em alguns sítios, coexistem com as lavouras tradicionais da agricultura familiar camponesa. Tais cultivos são posteriores a realização do último Censo Agropecuário, realizado em 2017, por esse motivo, estão ausentes nos acervos oficiais institucionais.

A visita ao sítio agroecológico e a experiência de conversar diretamente com o agricultor, de colher a fruta e comer sem nenhum receio, pode ser compreendida como uma alternativa para a geração de renda local, além da manutenção e reprodução social dos grupos familiares no campo. A visitação aos sítios tem sido incorporada aos roteiros turísticos locais, em média, cobra-se uma taxa de R\$15,00 a R\$30,00 para que o turista conheça, vivencie, deguste as frutas vermelhas diretamente nos pomares e lavouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de tensões, conflitos ambientais, degradação humana e social é comum à questão agrária no Brasil, haja vista que se realiza por meio das relações pluriescalares que alimentam o mercado global do agrohidronegócio e repercutem na realidade cotidiana dos homens e mulheres do campo nas comunidades interioranas que tem seus meios de viver e se relacionar com o território na contramão dos interesses da acumulação do sistema capitalista.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, regularmente, dividem-se entre a prática da agricultura familiar camponesa e a submissão ao trabalho assalariado ou em regime de diaristas nos complexos agroindustriais locais. Contrariamente a essa lógica, o significado da terra – e por extensão, de seus territórios – para esses grupos sociais, envolve os valores inscritos em seu modo de vida e cotidianidade, que, dentro das possibilidades e condições

concretas que dispõe, tentam manter, apesar das condições desfavoráveis e por vezes, nocivas, produzidas pelas empresas do agrohidronegócio na realidade local.

Em meio a andanças e percalços, desvelam-se realidades conflitantes, que por vezes não são tão evidentes no mapeamento do território, a exemplo da coexistência entre o agrohidronegócio e a agricultura familiar nos territórios rurais de Mucugê. Contudo, as experiências *in loco* permitiram compreender a realidade em tela, sobretudo pela perspectiva de quem enfrenta, cotidianamente, as mazelas sociais e os problemas ambientais intrínsecos ao agrohidronegócio.

A produção de alimentos agroecológicos está fundamentada no cultivo de alimentos limpos, orientados por princípios regidos pela sintonia entre sociedade e natureza. Essa é uma realidade presente em diversas áreas rurais do país, em ascensão diante da demanda dos consumidores que alicerçam a produção desses alimentos. Consumir alimentos agroecológicos está vinculado à busca de qualidade de vida, valorização da agricultura familiar camponesa e a defesa do meio ambiente.

Os homens e as mulheres da agricultura familiar camponesa persistem na terra e no seu modo de vida em face das constantes investidas do agrohidronegócio em seus territórios. O monocultivo da batata inglesa, na estrutura do pivô central ali predominante, contribui para um aumento da produção e dos lucros das empresas capitalistas, todavia, compromete a prática da agricultura familiar camponesa, que precisa cotidianamente re-existir diante do domínio territorial, dos desequilíbrios ambientais decorrentes da implantação dos monocultivos e da ameaça constante de contaminação por agrotóxicos.

Nesse processo de r-existência, os homens e mulheres da agricultura familiar camponesa elaboram territorialidades, lidas com estratégias de permanência e reprodução social, em um esforço de valorização da produção e fortalecimento das redes de sociabilidade informal, pautadas no comércio e no consumo de alimentos tradicionais, em articulação com os novos cultivos e atividades, a exemplo das frutas vermelhas e da visitação de turistas nos sítios.

Em uma lógica adversa àquela imposta pelo agrohidronegócio, pautada nos monocultivos, latifúndios e exploração do trabalho, persistem territorialidades e saberes resilientes da agricultura familiar camponesa. Tais territorialidades contribuem para a manutenção do modo de viver no campo, além de favorecer a geração de renda para o suprimento das necessidades e de melhores condições de vida do grupo familiar.

REFERÊNCIAS

- BA DE VALOR. Mucugê é destaque nacional na produção de batata-inglesa. Disponível em: <https://badevalor.com.br/mucuge-e-destaque-nacional-na-producao-de-batata-inglesa/> . Acesso em: 03 de abril de 2022.
- BOMBARDI, Larissa. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, n. 45, p.1-21, 2011.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária-Usp, 2016.
- BOMBARDI, Larissa M. A mundialização da agricultura brasileira e a ameaça aos direitos humanos. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. Direitos Humanos no Brasil, p. 101-107, 2019.
- BRANDÃO, Carlos. R. **O afeto da terra**: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- CARNEIRO, Fernando. F.; RIGOTTO, Raquel. M. ; GIRALDO, Lia. A ; FRIEDRICH, Karen. ; BURIGO, André. C. (Org.) . **Dossiê ABRASCO uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 01. ed. São paulo/SP: Expressão Popular, 2015. v. 01. 624p.
- CARVALHO, Horácio. M. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim DATALUTA**, 2014.
- CORREIO DA BAHIA. 271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos; veja lista. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/271-cidades-da-bahia-tem-agua-contaminada-por-agrotoxicos-veja-lista/> . Acesso em: 03 de abr. de 2022.
- DOURADO, José.A. L. **Das terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohidronegócio**: conflitos por terra e água no vale do São Francisco. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.
- ENGELS, Friederich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143.
- FAVARETO, Arilson. (Org.) **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capita-imperialismo: teoria e história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV: Editora UFRJ, 2010.

FERNANDES, Bernardo. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: FLOR, F. H.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (eds.). **Agriculturas campesinas em Latinoamérica: propuestas y desafíos.** Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19–34.

HANSEN, Anne M. et al. ATRAZINA: UN HERBICIDA POLÉMICO. **Revista Internacional de Contaminación Ambiental**, [S.l.], v. 29, p. 65-84, oct. 2013. ISSN 01884999. Disponível em: <https://www2.revistascca.unam.mx/rica/index.php/rica/article/view/41420/38390>. Acesso em 06 abril 2022.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”.** Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GERMANI, Inês, G. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu.** Editora da ULBRA, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2921906#/S/Q>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

MENEZES, Sônia .S. M.; SILVA. Herberly R. C.; SILVA; Paulo A. S. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins: revista franco brasileira de Geografia**, n, 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412> Acesso em 10 de fev. de 2023.

MENDONÇA, Marcelo. R.; MESQUITA, Helena. A. O agrohídronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: **ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS**, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. Anais... Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo.U. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

PETERSEN, Paul. Prefácio. In: CARNEIRO, Fernando. F.; RIGOTTO, Raquel. M. ; GIRALDO, Lia .A ; FRIEDRICH, Karen. ; BURIGO, André. C. (Org.) . **Dossiê ABRASCO uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** 01. ed. São paulo/SP: Expressão Popular, 2015. v. 01. 624p.

PIGNATI, Wanderlei. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017.

SANTOS, Ana. R. A espacialidade das ações políticas do Estado: o público e o privado na reprodução do patrimonialismo em Sergipe. In: RAMOS FILHO, E. et al (Orgs). **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SCHMIDT, M.L.G; GODINHO, P.H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 31, n. 113, p. 27-40, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território: revista de geografia agrária**, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaus. **O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. Ed. UNB. 1997.

Recebido em 13 de fevereiro de 2023.

Aceito em 16 de março de 2023.

Publicado em 20 de abril de 2023.